



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**  
PRIMEIRA CÂMARA

**PROCESSOS DE CONVÊNIO E SUAS RESPECTIVAS PRESTAÇÕES E TOMADAS DE CONTAS JULGADOS ILEGAIS E/OU IRREGULARES**  
Julho de 2008 (15ª Sessão - 2/7/2008) a Março de 2016 (6ª Sessão - 20/06/2016)

NOME ÓRGÃO	ESFERA	NUM. PROCESSO	REQUERIDO	DT. JULGAMENTO	ASSUNTO RESUMO DELIBERAÇÃO	OBSERVAÇÕES
GRUPO FOLCLÓRICO GAVIÕES NA ROÇA NOVA GERAÇÃO	E	228/2003	LUIZ GILBERTO FERREIRA LIMA	23/07/08	<b>ACÓRDÃO Nº074/2008-TCE-PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregularidade da Tomada de Contas do Convênio nº017/02. Alcance. Ata 16ª Sessão de 23.07.2008 (DOE:02.03.2012, pag.02 da Ed. Nº 31.538).	
COMPANHIA DE PROMOÇÃO AGRÍCOLA- CPA	E	131/2003	EMILIANO PEREIRA BOTELHO	28/07/08	<b>ACÓRDÃO Nº077/2008-TCE-PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregular da Prestação de Contas do Convênio n.05/2001. Multa. Ata 17ª Sessão de 28.07.2008 (DOE 14.05.2009, págs.1 a 3, Ed.31.587). <b>Recurso de Revisão - ACÓRDÃO Nº270/2010-TCE-TRIBUNAL PLENO (Processo nº.5255/2009):</b> Ata da 17ª Sessão - Tribunal Pleno (DOE 24.06.2010, págs.2 e 3 da Ed.31.859). Negar Provimento.	
PREFEITO MUNICIPAL DE JAPURÁ	E	1787/1999 (NG.5939/1999)	ADALBERTO FONSECA CORTEZ	25/08/08	<b>ACÓRDÃO Nº 096/2008 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregularidade da Prestação de Contas referente ao Convênio nº075/98. Ata 20ª de 25.08.2008. (DOE: 03.04.09,págs.2 a 4 da Ed.31.562)	
PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÁ	E	2412/1996	CARLOS ALBERTO BARROSO DOS SANTOS	25/08/08	<b>ACÓRDÃO Nº101/2008-TCE-PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregular a Prestação de Contas do Convênio nº050/95. Multa. Ata 20ª Sessão de 25.08.2008 (DOE: 03.04.09, circulou em 08/04/09, págs. 2 a 4 da Ed.31.562)	
FUTUR/MANAUSTRUR	M	7017/2000	ZEINA DE PAULA NEVES	17/11/08	<b>Decisão Nº 969/2008 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Ilegal do Termo de Convênio nº031/2000. Multa. Ata da 28ª Sessão de 17.11.2008.(DOE.20.07.09, pag.5. Ed.31.633)	
DANÇA REGIONAL CIRANDA EXPLODE CORAÇÃO	M	4921/2001	JANDERSON VIEIRA CHAVES	17/11/08	<b>ACÓRDÃO N.136/2008-TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregular a Tomada de Contas do Convênio nº31/00. Multa. Ata da 28ª Sessão de 17.11.2008 (DOE.20.07.09, pag.5, Ed.31.633).	
Federação Amazonense de Futebol - FAF	E	5137/2002	FRANCISCO DAS CHAGAS DISSICA VALÉRIO TOMAZ	09/02/09	<b>Acórdão Nº 010/2009 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregularidade da Prestação de Contas referente ao Termo de Convênio nº 001/2002. Ata da 5ª sessão de 09/02/2009 (Publicação no DOE em 28/10/2009, pag. 2/3, edição nº 31703).	
Fundação Vila Olímpica Danilo de Mattos Areosa	E	2047/2002	ARNALDO DOS SANTOS ANDRADE	09/02/09	<b>DECISÃO Nº 136/2009-TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Ilegal o Termo de Convênio nº 001/02. Ata da 5ª sessão de 09/02/2009 (Publicação no DOE em 28/10/2009, pag. 2/3, edição nº 31703).	
PREFEITURA MUNICIPAL DE TONANTINS	E	945/1994	FRANCISCO CASTRO DE OLIVEIRA	27/04/09	<b>ACÓRDÃO Nº.32/2009-TCE-PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregularidade/multa/glosa da Prestação de Contas do Convênio n.50/93. Ata da 13ª sessão de 27/04/2009 (Publicação no DOE em 22/01/2010, pag. 1/3, edição nº 31757). <b>Recurso de Revisão - ACÓRDÃO Nº083/2013-TCE-TRIBUNAL PLENO (Processo nº3824/2012):</b> PROVIMENTO PARCIAL para excluir a glosa, mantendo integralmente os outros pontos do Acórdão nº32/09. Ata da 43ª sessão do Tribunal Pleno de 30/10/2013 (Publicação no DOE em 28/11/2013, pag. 19, Edição nº777).	
Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado - ARSAM.	E	7282/2002	JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS	01/06/09	<b>DECISÃO Nº 396/209 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Ilegal/multa o Termo de Convênio nº 011/02. Ata da 17ª sessão de 01/06/2009 (Publicação no DOE em 04/02/2010, pag. 3/4, edição nº 31766).	
Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado - ARSAM.	E	1959/2004	JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS	01/06/09	<b>ACÓRDÃO Nº 28/2009 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregularidade/multa da Prestação de Contas do Convênio n.011/02. Ata da 17ª sessão de 01/06/2009 (Publicação do DOE em 04/02/2010, pag. 3/4, edição nº 31766).	
Prefeitura de Iranduba	E	5334/2003	JOSÉ MARIA MUNIZ DE CASTRO	24/08/09	<b>ACÓRDÃO Nº 144/2009 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregular/Multa - referente a 1ª parcela do Convênio nº013/2002. Ata28ª de 24/08/2009 (Diário nº55 de 17/11/2010 - PG:5) <b>Recurso Ordinário - Despacho de ADMISSIBILIDADE (3902/2012) -</b> Não admitido (DE de 24/08/2012, PG:3).	
Prefeitura de Iranduba	E	5335/2003	JOSÉ MARIA MUNIZ DE CASTRO	24/08/09	<b>ACÓRDÃO Nº 145/2209 - TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregular/Multa - referente a 2ªparcela do Convênio nº013/2002. Ata28ª de 24/08/2009 (Diário nº55 de 17/11/2010 - PG:5).	
Prefeitura de Iranduba	E	5336/2003	JOSÉ MARIA MUNIZ DE CASTRO	24/08/09	<b>ACÓRDÃO Nº 146/2009 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregular/Multa - referente a 3ªparcela do Convênio nº013/2002. Ata28ª de 24/08/2009 (Diário nº55 de 17/11/2010 - PG:5).	
Secretária de Estado da Assistência Social e do Trabalho - SETRAB	E	6489/2002	MARYSE MENDES PEREZ	14/09/09	<b>DECISÃO Nº 924/2009 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Ilegalidade - Termo de Convênio nº023/2002. Ata 29ª de 14/09/2009 (Diário nº048 de 05/11/2010 - PG.05). <b>Recurso de Revisão - ACÓRDÃO Nº 198/2014 -TCE- TRIBUNAL PLENO (Processo nº6377/2013):</b> Manutenção da Ilegalidade do Convênio n.23/2002 e do alcance do Sr. Celso Batista de Oliveira Filho. Manutenção da Irregularidade de todas as parcelas do convênio. Retificação dos acórdão n.152/2009, 153/2009, 155/2009, 156/2009, 158/2009 e 159/2009 para exclusão das multas impostas (DE de 06/05/2014, nº877, pag.27).	

Secretária de Estado da Assistência Social e do Trabalho - SETRAB	E	1135/2003	MARYSE MENDES PEREZ	14/09/09	DECISÃO Nº 925/2009 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA: Ilegalidade - 1º Termo Aditivo de Convênio nº023/2002. Ata 29ª de 14/09/2009 (Diário nº048 de 05/11/2010 - PG.05). <b>Recurso de Revisão - ACÓRDÃO Nº 198/2014 -TCE- TRIBUNAL PLENO (Processo nº6377/2013):</b> Manutenção da Ilegalidade do Convênio n.23/2002 e do alcance do Sr. Celso Batista de Oliveira Filho. Manutenção da Irregularidade de todas as parcelas do convênio. Retificação dos acórdão n.152/2009, 153/2009, 155/2009, 156/2009, 158/2009 e 159/2009 para exclusão das multas impostas (DE de 06/05/2014, nº877, pág.27).	
Centro de Solidariedade de São José	E	8198/2002	CELSE BATISTA DE OLIVEIRA FILHO	14/09/09	ACÓRDÃO Nº 152/2009 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA: Irregular - 1ª Parcela do Convênio nº023/2002. Ata 29ª de 14/09/2009 (Diário nº048 de 05/11/2010 - PG.05). <b>Recurso de Revisão - ACÓRDÃO Nº 198/2014 -TCE- TRIBUNAL PLENO (Processo nº6377/2013):</b> Manutenção da Ilegalidade do Convênio n.23/2002 e do alcance do Sr. Celso Batista de Oliveira Filho. Manutenção da Irregularidade de todas as parcelas do convênio. Retificação dos acórdão n.152/2009, 153/2009, 155/2009, 156/2009, 158/2009 e 159/2009 para exclusão das multas impostas(DE de 06/05/2014, nº877, pág.27).	
Centro de Solidariedade de São José	E	8199/2002	CELSE BATISTA DE OLIVEIRA FILHO	14/09/09	ACÓRDÃO Nº 153/2009 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA: Irregular - 2ª Parcela do Convênio nº023/2002. Ata 29ª de 14/09/2009 (Diário nº048 de 05/11/2010 - PG.05). <b>Recurso de Revisão - ACÓRDÃO Nº 198/2014 -TCE- TRIBUNAL PLENO (Processo nº6377/2013):</b> Manutenção da Ilegalidade do Convênio n.23/2002 e do alcance do Sr. Celso Batista de Oliveira Filho. Manutenção da Irregularidade de todas as parcelas do convênio. Retificação dos acórdão n.152/2009, 153/2009, 155/2009, 156/2009, 158/2009 e 159/2009 para exclusão das multas impostas(DE de 06/05/2014, nº877, pág.27).	
Centro de Solidariedade de São José	E	9221/2002	CELSE BATISTA DE OLIVEIRA FILHO	14/09/09	ACÓRDÃO Nº 154/2009 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA: Irregular - 3ª Parcela do Convênio nº023/2002. Ata 29ª de 14/09/2009 (Diário nº048 de 05/11/2010 - PG.06). <b>Recurso de Revisão - ACÓRDÃO Nº 198/2014 -TCE- TRIBUNAL PLENO (Processo nº6377/2013):</b> Manutenção da Ilegalidade do Convênio n.23/2002 e do alcance do Sr. Celso Batista de Oliveira Filho. Manutenção da Irregularidade de todas as parcelas do convênio. Retificação dos acórdão n.152/2009, 153/2009, 155/2009, 156/2009, 158/2009 e 159/2009 para exclusão das multas impostas (DE de 06/05/2014, nº877, pág.27).	
Centro de Solidariedade de São José	E	10511/2002	CELSE BATISTA DE OLIVEIRA FILHO	14/09/09	ACÓRDÃO Nº 155/2009 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA: Irregular - 4ª Parcela do Convênio nº023/2002. Ata 29ª de 14/09/2009 (Diário nº048 de 05/11/2010 - PG.06). <b>Recurso de Revisão - ACÓRDÃO Nº 198/2014 -TCE- TRIBUNAL PLENO (Processo nº6377/2013):</b> Manutenção da Ilegalidade do Convênio n.23/2002 e do alcance do Sr. Celso Batista de Oliveira Filho. Manutenção da Irregularidade de todas as parcelas do convênio. Retificação dos acórdão n.152/2009, 153/2009, 155/2009, 156/2009, 158/2009 e 159/2009 para exclusão das multas impostas(DE de 06/05/2014, nº877, pág.27).	
Centro de Solidariedade de São José	E	10512/2002	CELSE BATISTA DE OLIVEIRA FILHO	14/09/09	ACÓRDÃO Nº 156/2009 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA: Irregular - 5ª Parcela do Convênio nº023/2002. Ata 29ª de 14/09/2009 (Diário nº048 de 05/11/2010 - PG.06). <b>Recurso de Revisão - ACÓRDÃO Nº 198/2014 -TCE- TRIBUNAL PLENO (Processo nº6377/2013):</b> Manutenção da Ilegalidade do Convênio n.23/2002 e do alcance do Sr. Celso Batista de Oliveira Filho. Manutenção da Irregularidade de todas as parcelas do convênio. Retificação dos acórdão n.152/2009, 153/2009, 155/2009, 156/2009, 158/2009 e 159/2009 para exclusão das multas impostas (DE de 06/05/2014, nº877, pág.27).	
Centro de Solidariedade de São José	E	2661/2003	CELSE BATISTA DE OLIVEIRA FILHO	14/09/09	ACÓRDÃO Nº 157/2009 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA: Irregular - 6ª Parcela do Convênio nº023/2002. Ata 29ª de 14/09/2009 (Diário nº048 de 05/11/2010 - PG.06). <b>Recurso de Revisão - ACÓRDÃO Nº 198/2014 -TCE- TRIBUNAL PLENO (Processo nº6377/2013):</b> Manutenção da Ilegalidade do Convênio n.23/2002 e do alcance do Sr. Celso Batista de Oliveira Filho. Manutenção da Irregularidade de todas as parcelas do convênio. Retificação dos acórdão n.152/2009, 153/2009, 155/2009, 156/2009, 158/2009 e 159/2009 para exclusão das multas impostas (DE de 06/05/2014, nº877, pág.27).	

Centro de Solidariedade de São José	E	2662/2003	CELSO BATISTA DE OLIVEIRA FILHO	14/09/09	<b>ACÓRDÃO Nº 158/2009 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregular - <b>7ª Parcela do Convênio nº023/2002.</b> Ata 29ª de 14/09/2009 (Diário nº048 de 05/11/2010 - PG.06). <b>Recurso de Revisão - ACÓRDÃO Nº 198/2014 -TCE- TRIBUNAL PLENO (Processo nº6377/2013):</b> Manutenção da Ilegalidade do Convênio n.23/2002 e do alcance do Sr. Celso Batista de Oliveira Filho. Manutenção da Irregularidade de todas as parcelas do convênio. Retificação dos acórdão n.152/2009, 153/2009, 155/2009, 156/2009, 158/2009 e 159/2009 para exclusão das multas impostas (DE de 06/05/2014, nº877, pág.27).	
Centro de Solidariedade de São José	E	2675/2003	CELSO BATISTA DE OLIVEIRA FILHO	14/09/09	<b>ACÓRDÃO Nº 159/2009 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregular - <b>8ª Parcela do Convênio nº023/2002</b> Ata 29ª de 14/09/2009 (Diário nº048 de 05/11/2010 - PG.06). <b>Recurso de Revisão - ACÓRDÃO Nº 198/2014 -TCE- TRIBUNAL PLENO (Processo nº6377/2013):</b> Manutenção da Ilegalidade do Convênio n.23/2002 e do alcance do Sr. Celso Batista de Oliveira Filho. Manutenção da Irregularidade de todas as parcelas do convênio. Retificação dos acórdão n.152/2009, 153/2009, 155/2009, 156/2009, 158/2009 e 159/2009 para exclusão das multas impostas (DE de 06/05/2014, nº877, pág.27).	
Prefeitura de Manicoré	E	3797/2005	MANOEL DE OLIVEIRA GALDINO	05/10/09	<b>ACÓRDÃO Nº 210/2009 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregularidade - <b>tomada de Contas, referente à 1ª, 2ª e 3ª parcelas do Convênio nº061/2003.</b> Ata 31ª de 05/10/2009 (Diário nº102 de 04/02/2011 - PG: 3 e 4). <b>Recurso de Revisão nº590/2013: ACÓRDÃO Nº 204/2014 -TCE- TRIBUNAL PLENO -</b> provimento parcial, retirou a multa da Srª Rosane, mas manteve Irregular as contas (DE nº877 de 06/05/2014). <b>Recurso de Reconsideração (proc.2644/2011): ACÓRDÃO Nº271/2012 -TCE- TRIBUNAL PLENO -</b> Conhecimento e não Provimento do recurso (DOE 28/3/2012, ed.379, P.17). <b>Recurso de Reconsideração nº6508/2013 -</b> Não Admitido (DOE 26/11/2013, ed.775, P.5). <b>Recurso de Reconsideração nº6588/2013 -</b> Não Admitido (DOE 10/12/2013, ed.785, P.3). <b>Recurso de Revisão nº151/2014 -</b> Não Admitido (DOE 18/2/2014, ed.828, P.2)	
Prefeitura de Itacoatiara	E	2912/1998	MIRON OSMÁRIO FOGAÇA	19/10/09	<b>ACÓRDÃO Nº 60/2009 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregularidade - <b>Prestação de contas referente a 1ª parcela do Termo de Convênio nº019/1997.</b> Ata 32ª de 19/10/2009 (Diário nº109 de 15/02/2011 - PG:5 e 6).	
Prefeitura de Itacoatiara	E	2913/1998	MIRON OSMÁRIO FOGAÇA	19/10/09	<b>ACÓRDÃO Nº 61/2009I -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregularidade - <b>Prestação de contas referente a 2ª parcela do Termo de Convênio nº019/1997.</b> Ata 32ª de 19/10/2009 (Diário nº109 de 15/02/2011 - PG:5 e 6).	
Prefeitura Municipal de Tapauá	E	1444/98 (NG 5040/98)	OCIMAR LOPES DE SOUZA	08/02/10	<b>ACÓRDÃO Nº 018/2010 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregularidade da Prestação de Contas do Convênio n. 16/1998- SEPLAN. Sem multa. Ata 5ª de 08/02/2010 (DOE 10/03/2011 Edição n. 102, PÁG. 1-6). <b>ACÓRDÃO Nº 119/2008 -TCE- TRIBUNAL PLENO:</b> Recurso de Revisão <b>(140/2004) -</b> anulado o Acórdão para nova instrução processual (DOE 28/07/2008, PÁG. 294 - <u>Acórdão de 2010 foi após o recurso.</u>	
MANAUSTUR	M	5499/2009	MARIA ARMINDA CASTRO MENDONÇA DE SOUZA	08/03/10	<b>ACÓRDÃO N 53/2010: -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Ilegalidade do Convênio n.19/2005 - <b>MANAUSTUR.</b> Ata 8ª de 08/03/2010 (DOE 01/02/2011 Edição n. 99, PÁG. 4-7).	
Associação Cultural Movimento Marujada Associação Cultural Movimentos Amigos do Garantido	M	4584/2005	RAIMUNDO JOÃO DA COSTA GATO MARCO AURÉLIO DE MEDREIROS CURSINO	08/03/10	<b>ACÓRDÃO Nº 61/2010 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregularidade do Convênio n. <b>19/2005 - MANAUSTUR.</b> Multa. Ata 8ª de 08/03/2010 (DOE 01/02/2011 Edição n. 99, PÁG. 4-7).	
Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEAS/Fundação Dentária do Amazonas-PRODENTE	E	61/2006	BRUNO HENRIQUE SABBA GUIMARÃES DE PAULA	09/08/10	<b>ACÓRDÃO Nº 26/2010 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregularidade da 1a. Parcela da <b>Prestação de Contas do Convênio nº 097/04.</b> Multa. Ata 29a de 09/08/2010 (DOE de 22/09/2010). <b>Recurso de Revisão (Proc. Nº 3491/2013): ACÓRDÃO Nº314/2015 -TCE- TRIBUNAL PLENO -</b> Conhecimento. Negativa de provimento. Ata 18a. de 20/05/2015 (DOE de 15/06/2015, Ano V, Ed. 1137, pág. 10).	
Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEAS/Fundação Dentária do Amazonas-PRODENTE	E	62/2006	BRUNO HENRIQUE SABBA GUIMARÃES DE PAULA	09/08/10	<b>ACÓRDÃO Nº 27/2010 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregularidade da 2a. Parcela da <b>Prestação de Contas do Convênio nº 097/04.</b> Multa. Ata 29a de 09/08/2010 (DOE de 22/09/2010). <b>Recurso de Revisão (Proc. Nº 3490/2013): ACÓRDÃO Nº313/2015 -TCE- TRIBUNAL PLENO-</b> Decisão: Conhecimento. Negativa de provimento. Ata 18a. de 20/05/2015 (DOE de 15/06/2015, Ano V, Ed. 1137, pág. 10).	
Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEAS/Fundação Dentária do Amazonas-PRODENTE	E	79/2006	BRUNO HENRIQUE SABBA GUIMARÃES DE PAULA	09/08/10	<b>ACÓRDÃO Nº 28/2010 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregularidade da 3a. Parcela da <b>Prestação de Contas do Convênio nº 097/04.</b> Multa. Ata 29a de 09/08/2010 (DOE de 22/09/2010). <b>Recurso de Revisão (Proc. 3492/2013): ACÓRDÃO Nº316/2015 -TCE- TRIBUNAL PLENO:</b> - Conhecimento. Negativa de provimento. Ata 18a. de 20/05/2015 (DOE de 15/06/2015, Ano V, Ed. 1137, pág. 10)	

Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEAS/Fundação Dentária do Amazonas-PRODENTE	E	80/2006	BRUNO HENRIQUE SABBA GUIMARÃES DE PAULA	09/08/10	<b>ACÓRDÃO N 25/2010 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregularidade da 4a. Parcela da Prestação de Contas do Convênio nº 097/04. Multa. Ata 29a de 09/08/2010 (DOE de 22/09/2010). <b>Recurso de Revisão (Proc. 3493/2013): ACÓRDÃO Nº317/2015 -TCE- TRIBUNAL PLENO -</b> Conhecimento. Negativa de provimento. Ata 18a. de 20/05/2015 (DOE de 15/06/2015, Ano V, Ed. 1137, pág. 10)	
SEGOV/Câmara Municipal de Manacapuru	E	5698/2006	ANTONINO MACHADO DA SILVA	09/08/10	<b>ACÓRDÃO Nº 29/2010 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA: Irregularidade da Prestação de Contas do Convênio nº.01/06.</b> Multa. Ata 29a de 09/08/2010 (DOE de 30/03/2016, Ano III, Ed. 609, pág. 4). <b>Recurso de Revisão (Proc.3057/2012): ACÓRDÃO Nº 186/2013 -TCE- TRIBUNAL PLENO -</b> Conhecimento. Negativa de provimento (DOE de 20/03/2013, Ano III, Ed. 609, pág. 4).	
Prefeitura Municipal de Silves	M	4185/1995	RAIMUNDO DOMINGOS NEVES	27/09/10	<b>ACÓRDÃO Nº 62/2010 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA: Irregularidade da Tomada de Contas de Convênio nº104/90.</b> Multa. Ata 35a. de 27/09/2010 (DOE de 11/11/2010).	
Federação Amazonense Universitária de Desporto	M	5428/2007	REINALDO CHARLES DA COSTA THOMPSON	25/10/10	<b>ACÓRDÃO Nº 68/2010 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA: Irregularidade da Prestação de Contas do Convênio nº 06/2006.</b> Multa. Ata 38a. de 25/10/2010 (DOE de 17/01/2011).	
Associação Movimento Bumbás de Manaus	M	4071/2009	RAIMUNDO NONATO NEGRÃO TORRES	25/10/10	<b>ACÓRDÃO Nº 067/2010 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA: Decisão: Ilegalidade da Prestação de Contas do Convênio nº 12/2008.</b> Multa. Ata 38a. De 25/10/2010 (DOE de 22/10/2010). <b>Recurso de Revisão</b> (Processo 6166/2011). Não admitido. (DOE de 03.02.2012, Ano II, Ed. 339,pág. 5). <b>Recurso Ordinário</b> (Proc. 1643/2011). Não admitido. (DOE de 15/06/2011, Ano I, Ed. 189, pág. 4) ERRATA de Eletrônico (DOE de 27/06/2011, Ano I, Ed. 195, pág. 5).	
Liga das Escolas de Samba do 1º e 2º Grupo e Blocos Carnavalescos de Manaus	M	4679/2008	JOSÉ RIBAMAR RAPOSO	08/11/10	<b>ACÓRDÃO Nº 072/2010 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA: Irregularidade da Prestação de Contas.</b> Multa. Ata 39a. de 08/11/2010 (DOE de 25.03.2011).	
Associação dos Grupos Folclóricos de Manaus	E	4078/2009	MILTON FERREIRA DOS SANTOS	08/11/10	<b>ACÓRDÃO Nº 1675/2010 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA: Irregularidade da Prestação de Contas.</b> Multa. Ata 39a. de 08/11/2010 (DOE de 25.03.2011). <b>Recurso Ordinário (Proc. 6330/2011).</b> Conhecido e negado provimento. (DOE de 3/10/2012, Ano III, Ed.504, pág.8).	
Associação dos Grupos Folclóricos do Amazonas	E	4066/2009	RAIMUNDO NONATO BENTES DOS SANTOS	13/12/10	<b>ACÓRDÃO Nº 022/2011 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA: Decisão:</b> Irregularidade da Prestação de Contas do Convênio n. 14/2008. Aplicação de Multa. Ata 42ª de 13/12/2010 (DOE de 23/05/2011, Ano I, Ed. 172, pág. 16). <b>Recurso de Revisão (Proc. 1969/2012).</b> Despacho: Mantém a decisão exarada, não admite o recurso. DOE de 16/04/2012, Ano II, Ed. 390, pág. 3). <b>Recurso Inominado - DECISÃO Nº 048/2013 -ADMINISTRATIVA - TRIBUNAL PLENO:</b> Despacho: Não admitido. (DOE de 14/02/2013, Ano II, Ed. 585, pág. 14).	
Pré-Escolar Sementinha	M	5669/2007	MARIA EUNICE MENEZES CARIOCA	13/12/10	<b>ACÓRDÃO Nº 020/2011 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA: Irregularidade da Prestação de Contas da 2a. Parcela do Convênio n. 08/2006.</b> Ata 42ª de 13/12/2010 (DOE de 23/05/2011, Ano I, Ed. 172, pág. 21).	
Pré-Escolar Sementinha	M	5668/2007	MARIA EUNICE MENEZES CARIOCA	13/12/10	<b>ACÓRDÃO Nº 019/2011 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA : Irregularidade da Prestação de Contas da 1a. Parcela do Convênio n. 08/2006.</b> Ata 42ª de 13/12/2010 (DOE de 23/05/2011, Ano I, Ed. 172, pág. 21).	
ASSOCIAÇÃO GRUPO ESPECIAL DAS ESCOLAS DE SAMBA DO AMAZONAS - AGEESAM	M	4117/2009	JOÃO ALVES DE ALMEIDA	17/01/11	<b>ACÓRDÃO Nº 001/2011 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA: Irregularidade. Multa.</b> Ata 1ª de 17/1/2011 (DOE 14/2/11, ed.108, p.3/10). <b>ACÓRDÃO Nº 201/2012 -TCE- TRIBUNAL PLENO: Recurso Ordinário (proc.178/2011):</b> Negou provimento. Ata 7ª de 16/2/2012 (DEletrônico 27/3/12, ed.378, p.3)	
PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA	E	2122/2010	GEAN CAMPOS DE BARROS	26/06/13	<b>ACÓRDÃO Nº 32/2013 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Legalidade do Convênio n. 46/2009- SEC. Irregularidade/Multa. Ata 10ª de 26/06/2013 (DOE 29/10/2013 Edição n. 757, PÁG. 18)	
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	E	2084/2004	FRANCISCO BARTOLOMEU BARROSO	10/07/13	<b>ACÓRDÃO Nº 035/2013 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregularidade/Multa referente a 4ª parcela do convênio nº 29/1998 - SEINF Ata 11ª de 10/07/2013). <b>ACÓRDÃO Nº 168/2015 -TCE- TRIBUNAL PLENO: Recurso de Revisão (5204/2014) -</b> Conhecimento e não provimento. Ata 9ª de 18/03/2015 (DOE 14/04/2015 Edição n. 1098, PÁG. 4). <b>ACÓRDÃO Nº 375/2014 -TCE- TRIBUNAL PLENO: Recurso de Revisão (983/2014) -</b> Conhecimento e não provimento. Ata 22ª de 02/07/2014 (DOE 05/08/2014 Edição n. 939, PÁG. 6)	
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	E	3620/2000	FRANCISCO BARTOLOMEU BARROSO	10/07/13	<b>ACÓRDÃO Nº 034/2013 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregularidade/Multa referente a 3ª parcela do convênio nº 29/1998 - SEINF Ata 11ª de 10/07/2013 (DOE 21/10/2013 Edição n. 754, PÁG. 20)	
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	E	6682/1999	FRANCISCO BARTOLOMEU BARROSO	10/07/13	<b>ACÓRDÃO Nº 036/2013 -TCE PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregularidade/Multa referente a 2ª parcela do convênio nº 29/1998 - SEINF. Ata 11ª de 10/07/2013 (DOE 21/10/2013 Edição n. 754, PÁG. 20)	
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	E	4664/1999	FRANCISCO BARTOLOMEU BARROSO	10/07/13	<b>ACÓRDÃO Nº 033/2013 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA :</b> Irregularidade/Multa referente a 1ª parcela do convênio nº 29/1998 - SEINF. Ata 11ª de 10/07/2013 (DOE 21/10/2013 Edição n. 754, PÁG. 20)	

ASSOCIAÇÃO DIFUSÃO AMAZONAS MANAUSTUR	E	1561/2012	CAIO MARQUES MOTA ARLINDO PEDRO DA SILVA JUNIOR	21/10/13	<b>ACÓRDÃO Nº 71/2013 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Ilegalidade do Convênio referente ao Termo de Convênio n. 47/2010 - MANAUSTUR. Irregularidade/Multa. Ata 17ª de 21/10/2013 (DOE 05/02/2014 Edição n. 819, PÁG. 12) <b>ACÓRDÃO Nº 416/2015 -TCE- TRIBUNAL PLENO: Recurso de Revisão</b> (1140/2015) - Parcialmente procedente. Retirar a multa do Sr. Arlindo Pedro da Silva Junior. Ata 23ª de 24/06/2015 (DOE 20/07/2015 Edição n. 1161, PÁG. 6)	
MAZON - MOVIMENTO AMIGOS DA ZONA NORTE MANAUSTUR	E	5163/2011	NILSON HIROSHI KANEHIRA SATO ARLINDO PEDRO DA SILVA JUNIOR	21/10/13	<b>ACÓRDÃO Nº 73/2013 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Ilegalidade do Convênio n. 19/2010 - MANAUSTUR. Irregularidade/Multa. Ata 17ª de 21/10/2013 (DOE 05/02/2014 Edição n. 819, PÁG. 13). <b>Recurso de Revisão (4638/2015)-</b> (DOE 17/11/2015 Edição n. 1243, PÁG. 6) - Admitido com efeito devolutivo - <b>ACÓRDÃO N.526/2016 - TCE - TRIBUNAL PLENO:</b> Conhecer o presente Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, mantendo-se na íntegra o acórdão n.073/2013 - TCE - Primeira Câmara (DOE 8/07/2016, Ed.1394, pag.1).	
ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS DE SAMBA DO 2º GRUPO DE MANAUS	E	3528/2010	MÁRCIO ALMINO PIMENTEL MARTINS	04/11/13	<b>Acórdão n.077/2013 - TCE - Primeira Câmara:</b> Ilegalidade do Convênio n. 01/2010 - SEC. Irregularidade das Contas. Multa para Sra. Marlene Oliva Veloso e Márcio Almino Pimentel Martins. Ata 18ª de 04/11/2013 (DOE 28/02/2014 Edição n. 836, PÁG. 13). <b>ACÓRDÃO N.431/2014 - TCE - TRIBUNAL PLENO - Recurso Ordinário (Proc. 1827/2014) -</b> Provimento Parcial, <b>Julgar LEGAL O TERMO DE CONVÊNIO, RETIRANDO A MULTA aplicada a Sra. Marlene Oliveira Veloso,</b> mantem inalterado os demais itens. Ata 28ª de 13/08/2014 (DOE 26/09/2014 Ed.976, PÁG. 4).	
INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS - IGHA	E	480/2011	JOSÉ GERALDO XAVIER DOS ANJOS	28/11/13	<b>ACÓRDÃO Nº 081/2013 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregularidade da Prestação de Contas referente ao Convênio n. 09/2010 - MANAUSCULT/Multa. Ata 20ª de 28/11/2013 (DOE 03/04/2014 Edição n. 857, PÁG. 14)	
FEDERAÇÃO AMAZONENSE DE JIU-JITSU ESPORTIVO - FAJJE	E	4029/2012	LUIS FAUSTINO DA COSTA NETO	17/12/13	<b>ACÓRDÃO Nº 96/2013 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Legalidade do Convênio n. 40/2010 - MANAUSTUR. Irregularidade/Multa. Ata 21ª de 17/12/2013 (DOE 11/12/2013, Edição n. 786, PÁG. 1). <b>Recurso Ordinário</b> (2948/2014) - Provimento Parcial, Julgar LEGAL o Termo de Convênio, retirando a multa aplicada ao Sr. Arlindo Pedro da Silva Júnior, mantém a irregularidade do convênio - Ata 37ª de 15/10/2014 (DOE 10/11/2014 Edição n. 1005, PÁG. 8).	
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO  SEINF	E	2431/2010	ELIETE DA CUNHA BELEZA ORLANDO AUGUSTO VIEIRA DE MATTOS JUNIOR	03/02/14	<b>ACÓRDÃO Nº 02/2014 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Ilegalidade do Convênio nº 61/2009 - SEINF. Irregularidade/Multa. Ata 1ª de 03/02/2014 (no processo físico consta DOE 03/04/2013 Edição n. 617).  <b>Recurso Ordinário (2179/2014) - ACÓRDÃO Nº 683/2014 -TCE- TRIBUNAL PLENO:</b> - provimento parcial pela redução da multa, continua a ilegalidade, irregularidade e multa. Ata 42ª de 19/11/2014 (DOE 15/12/2014 Edição n. 1027, PÁG. 17) .  <b>Recurso de Revisão (proc. n.2049/2016)</b> - Despacho admitido o recurso, com efeito devolutivo (DOE eletrônico de 15/6/2016, Ed.1377, p.7). <b>EM TRÂMITE.</b>	14-7-2016 - Encontra-se no  Gabiente do Conselheiro  Mario de Mello.
ACFM - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS FEIRANTES DE MANAUS	E	4981/2011	DEUSDETE ALVES DA SILVA	13/03/14	<b>ACÓRDÃO Nº 15/2014 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregularidade do Convênio 037/2010 - MANAUSTUR/Multa. Ata 3ª de 13/03/2014 (DOE 27/05/2014 Edição n. 892, PÁG. 16).  <b>ACÓRDÃO Nº 205/2015 -TC- TRIBUNAL PLENO: Recurso Ordinário (4718/2014) -</b> negativa de provimento. Ata 11ª de 01/04/2015 (DOE 08/05/2015 Edição n. 1113, PÁG. 13) - <b>EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ACÓRDÃO N.561/2015 - TCE - TRIBUNAL PLENO -</b> Conhecido e negado provimento (DOE de 11/09/15, ed.1199, p.14).  <b>Recurso de Revisão (131/2016) - ACÓRDÃO Nº 368/2016 -TCE- TRIBUNAL PLENO:</b> Conhecido e, no mérito, negar provimento. (DOE DE 2/6/2016, Ed.1368, p.10). - <b>EMBARGOS DE DECLARAÇÃO</b> julgado na 24ª Sessão do Pleno (12/07/16) - Conhecido e negado provimento (aguardando publicação da decisão)	19-7-2016 -Encontra-se no  DIRAC para redação da  decisão dos Embargos de  Declaração no processo  n.131/2016.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAUINI  IDAM	E	3268/2011	MARIA BARROSO DA COSTA EDIMAR VIZZOLI	24/03/14	<b>ACÓRDÃO Nº 16/2014 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Ilegalidade do Convênio n. 07/2010 - IDAM. Irregularidade/Multa. Ata 4ª de 24/03/2014 (DOE 05/06/2014 Ed.899, PÁG. 11). <b>ACÓRDÃO Nº 98/2016 -TCE- TRIBUNAL PLENO: Recurso de Reconsideração nº</b> 3314/2014 - não conhecimento. Ata 4ª de 17/02/2016 (DOE 16/03/2016 Edição n. 1318, PÁG.23).	
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PRETO DA EVA  SEDUC	E	678/2013	FULLVIO DA SILVA PINTO GEDEÃO TIMOTIO AMORIM	07/04/14	<b>ACÓRDÃO Nº 17/2014 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Ilegalidade do Convênio n. 16/2010 - SEDUC. Irregularidade da Prestação de Contas da 1ª Parcela do Convênio n. 16/2010. Multa. Ata 5ª de 07/04/2014 (DOE 29/07/2014 Edição n. 934, PÁG. 25). <b>ACÓRDÃO Nº 149/2016 -TCE- TRIBUNAL PLENO: Recurso de Revisão</b> (4150/2015) - provimento parcial para excluir multa, mantém a ilegalidade e a irregularidade. Ata 4ª de 17/02/2016 (DOE 16/03/2016 Ed.1318, PÁG. 5)	

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PRETO DA EVA SEDUC	E	654/2013	FULLVIO DA SILVA PINTO GEDEÃO TIMOTIO AMORIM	07/04/14	<b>ACÓRDÃO Nº 18/2014 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Ilegalidade do Convênio n. 16/2010 - SEDUC. Irregularidade da Prestação de Contas da 2a Parcela do Convênio n. 16/2010. Multa. Ata 5ª de 07/04/2014 (DOE 29/07/2014 Edição n. 934, PÁG. 25).	
AGFAM - ASSOCIAÇÃO DOS GRUPOS FOLCLÓRICOS DE MANAUS MANAUSTUR	M	4030/2012	RAIMUNDO NONATO BENTES DOS SANTOS ARLINDO PEDRO DA SILVA JUNIOR	07/04/14	<b>ACÓRDÃO Nº 22/2014 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Ilegalidade do Convênio n. 06/2011 - MANAUSTUR. Irregularidade/Multa. Ata 5ª de 07/04/2014 (DOE 29/07/2014 Edição n. 934, PÁG. 22). <b>ACÓRDÃO Nº 68/2016 -TCE- TRIBUNAL PLENO: Recurso Ordinário</b> (4028/2014) - não conhecimento. Ata 3ª de 03/02/2016 (DOE 07/03/2016 Edição n. 1311, PÁG. 22).	
ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL AMAZÔNIA BRASIL MANAUSTUR	M	5081/2011	ADALBERTO PAULA DA SILVA ARLINDO PEDRO DA SILVA JUNIOR	07/04/14	<b>ACÓRDÃO Nº 20/2014 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Ilegalidade do Convênio n. 42/2010 - MANAUSTUR. Irregularidade/Multa. Ata 5ª de 07/04/2014 (DOE 29/07/2014 Ed.934, PÁG. 25 ). <b>ACÓRDÃO Nº 742/2014 -TCE- TRIBUNAL PLENO: Recurso Ordinário</b> (3765/2014) - provimento parcial para diminuir a multa. Ata 45ª de 19/12/2014 (DOE 04/02/2015 Ed.1055, PÁG. 25).	
GRÊMIO RECREATIVO E FOLCLÓRICO CIRANDA FLOR MATIZADA	E	271/2011	ALEXANDRE FERREIRA DE QUEIROZ	07/04/14	<b>ACÓRDÃO Nº 21/2014 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Legalidade com ressalvas do Convênio n. 93/2010 - SEAS. Irregularidade/Multa. Ata 5ª de 07/04/2014 (DOE 29/04/2014 Edição n. 934, PÁG. 26). <b>ACÓRDÃO Nº 115/2015 -TCE- TRIBUNAL PLENO: Recurso Ordinário</b> (4116/2014) - provimento parcial para diminuir a multa, mantém a irregularidade. Ata 7ª de 04/03/2015 (DOE 27/03/2015 Edição n. 1088, PÁG. 14).	
FUNDAÇÃO SÃO JORGE SEJEL	E	5237/2011	SULAMY VENÂNCIO VASCONCELOS JÚLIO CÉSAR SOARES DA SILVA	02/06/14	<b>ACÓRDÃO Nº038/2014 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Ilegalidade do Convênio n. 04/2010 - SEJEL. Irregularidade/Multa. Ata 7ª de 02/06/2014 (DOE 24/09/2014 Edição n. 974, PÁG. 27).  <b>Recurso de Revisão (1391/2015) - ACÓRDÃO Nº 398/2015 -TCE- TRIBUNAL PLENO:</b> não conhecimento. Ata 22ª de 17/06/2015 (DOE 16/07/2015, Edição n. 1159, PÁG. 9) - <b>EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: ACÓRDÃO Nº 60/2016 -TCE- TRIBUNAL PLENO:</b> Não conhecimento dos embargos (DOE de 24/02/2016, Ed. 1303, pág. 17).  <b>Recurso de Revisão (1215/2015) - ACÓRDÃO Nº 397/2015 -TCE- TRIBUNAL PLENO:</b> - conhecer e negar provimento. Ata 22ª de 17/06/2015 (DOE 16/07/2015 Edição n. 1159, PÁG. 9) - <b>EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: ACÓRDÃO Nº 629/2015 -TCE- TRIBUNAL PLENO:</b> Não conhecimento dos embargos (DOE 28/09/2015, Ed.1210, pág.7).	
LAR BATISTA JANELL DOYLE SEMASDH	E	2094/2011	MAGALY A. ARRUDA ARAÚJO MARLÚCIA DE SOUZA CHIROQUE	04/08/14	<b>ACÓRDÃO Nº 040/2014 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Ilegalidade do Convênio n. 14/2010 - SEMASDH/FMDCA. Irregularidade/Multa. Ata 9ª de 04/08/2014 (DOE 04/11/2014 Edição n. 1001, PÁG. 11). <b>ACÓRDÃO Nº 295/2016 -TCE- TRIBUNAL PLENO: Recurso de Revisão</b> (4377/2015) - Conhecido e Negado provimento. (DOE 19/04/2015, Edição 1340, PÁG.9). <b>ACÓRDÃO Nº 294/2016 -TCE- TRIBUNAL PLENO: Recurso Ordinário</b> (3587/2015) - Conhecido e Negado provimento. (DOE 19/04/2015, Edição 1340, PÁG.9).	
PREFEITURA MUNICIPAL DE FONTE BOA SEPROR	E	1536/2011	ANTONIO GOMES FERREIRA JOÃO FERDINANDO BARRETO	01/09/14	<b>ACÓRDÃO Nº 045/2014 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Ilegalidade do Convênio n. 59/2010 - SEPROR. Irregularidade/Multa. Ata 10ª de 01/09/2014 (DOE 18/11/2014 Edição n. 1011, PÁG. 19). <b>ACÓRDÃO Nº 530/2015 -TCE- TRIBUNAL PLENO: Recurso de Revisão (411/2015)</b> - não conhecimento. Ata 28ª de 29/07/2015 (DOE 18/08/2015 Edição n. 1182, PÁG. 3). <b>Recurso de Revisão (706/2016)</b> - Admitido com efeito devolutivo (DOE 25/02/2016 Edição n. 1304, PÁG. 15) - <b>ACÓRDÃO Nº 438/2016 -TCE-TRIBUNAL PLENO:</b> Negativa de Conhecimento. Manter acórdão n.41/2014 (DOE Eletrônico de 13/6/2016, Ed.1375, p.8).	
FUNDAÇÃO CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA CACAU PIRÉRA SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, DESPORTO E LAZER - SEJEL	E	5474/2011	MODESTO NOVOA RIVAS JÚLIO CÉSAR SOARES DA SILVA	26/01/15	<b>ACÓRDÃO Nº 06/2015 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Ilegalidade/multa do Termo de Convênio nº18/2010. Irregularidade/multa da Prestação de Contas ref. a 1ª parcela do Convênio nº18/2010. Ata 1ª de 26.01.2015 (Publicação no DOE em 06/04/2015, pág.15, edição 1092). <b>ACÓRDÃO Nº 106/2016. -TCE- TRIBUNAL PLENO:</b> Recurso de Reconsideração (nº 2657/2015): conhecido e não provido, mantendo os termos do Acórdão nº06/2015 (DOE de 16/03/2016, pág. 3, edição 1318). <b>ACÓRDÃO Nº 114/2016 -TCE- TRIBUNAL PLENO:</b> Recurso Ordinário (nº 2509/2015): conhecido e não provido, mantendo os termos do Acórdão nº06/2015 (DOE de 16/03/2016, pág. 4, edição 1318).	
FUNDAÇÃO CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA CACAU PIRÉRA SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, DESPORTO E LAZER - SEJEL	E	4323/2013	MODESTO NOVOA RIVAS JÚLIO CÉSAR SOARES DA SILVA	26/01/15	<b>ACÓRDÃO Nº 05/2015 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregularidade/multa da Prestação de Contas ref. a 3ª parcela do Convênio nº18/2010. Ata 1ª de 26.01.2015 (Publicação no DOE em 06/04/2015, pág.15, edição 1092). <b>ACÓRDÃO Nº 109/2016 -TCE- TRIBUNAL PLENO:</b> Recurso Ordinário (nº 2504/2015): conhecido e não provido, mantendo os termos do Acórdão nº05/2015 (DOE de 16/03/2016, pág. 4, edição 1318).	

FUNDAÇÃO CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA CACAU PIRÊRA SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, DESPORTO E LAZER - SEJEL	E	4324/2013	MODESTO NOVOA RIVAS JÚLIO CÉSAR SOARES DA SILVA	26/01/15	<b>ACÓRDÃO Nº 07/2015 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregularidade/multa da Prestação de Contas ref. a 2ª parcela do Convênio nº18/2010. Ata 1ª de 26.01.2015 (Publicação no DOE em 06/04/2015, pág.15, edição 1092). <b>ACÓRDÃO Nº 112/2016 -TCE- TRIBUNAL PLENO:</b> Recurso de Reconsideração (2660/2015): conhecido e não provido, mantendo os termos do Acórdão nº07/2015 (DOE de 16/03/2016, pág. 3, edição 1318). <b>Recurso de Reconsideração</b> (2659/2015): conhecido e não provido, mantendo os termos do Acórdão nº07/2015. (DOE de 16/03/2016, pág.3, edição 1318). <b>ACÓRDÃO Nº 113/2016 -TCE- TRIBUNAL PLENO:</b> Recurso Ordinário (nº 2508/2015): conhecido e não provido, mantendo os termos do Acórdão nº07/2015. (DOE de 16/03/2016, pág. 4, edição 1318).	
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCARÁ	E	5801/2013	FELIPE ANTONIO	26/01/15	<b>ACÓRDÃO Nº 02/2015 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Ilegalidade do Termo de Convênio n.025/2013. Irregularidade da Prestação de Contas ref. Ao Termo de Convênio 025/2013 (DOE de 06/04/2015, pág. 16, edição 1092). <b>ACÓRDÃO Nº 174/2016 -TCE- TRIBUNAL PLENO:</b> Recurso Ordinário (nº2046/2015): conhecido e não provido, mantendo os termos do Acórdão nº02/2015 (DOE em 23/10/2015, pág. 10, edição 1228). <b>ACÓRDÃO Nº 777/2015 -TCE- TRIBUNAL PLENO:</b> Embargos de Declaração conhecido e não provido, mantendo integralmente o Acórdão nº777/2015. Publicação no DOE em 18/03/2016, pág. 5, edição 1320.	
PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES  SEPROR	E	664/2011	RAIMUNDO WANDERLAN PENALBER SAMPAIO  JOÃO FERDINANDO BARRETO	23/02/15	<b>ACÓRDÃO Nº 13/2015 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Ilegalidade do Convênio n. 62/2010 - SEPROPR. Irregularidade. Multa. Ata 2ª de 23/02/2015 (DOE 09/04/2015, Ed.1095, PÁG. 8).  <b>ACÓRDÃO Nº 789/2015 -TCE- TRIBUNAL PLENO:</b> Recurso de Reconsideração (proc. 2501/2015) - não conhecimento. Ata 36ª de 23/09/2015 (DOE 23/10/2015 Edição 1228, PÁG. 13).  <b>ACÓRDÃO Nº 787/2015 -TCE- TRIBUNAL PLENO:</b> Recurso de Revisão (proc.2626/2015) - não conhecimento. Ata 36ª de 23/09/2015 (DOE 23/10/2015 Edição 1228, PÁG. 13).  <b>Recurso de Revisão (proc.704/2016)</b> - Admitido no Efeito devolutivo (DOE 25/02/2016 Edição 1304, PÁG. 16) - EM TRÂMITE.	15-6-2016 - 7ª Procuradoria -          MP Emissão de laudo
MURAKI MANAUSTUR	M	4913/2011	PAULO ADROALDO RAMOS ALCÂNTARA ARLINDO PEDRO DA SILVA JÚNIOR	23/02/15	<b>Decisão:</b> Ilegalidade do Convênio n. 48/2010 - MANAUSTUR. Irregularidade. Multa. Ata 2ª de 23/02/2015 (DOE 09/04/2015, Edição 1095, PÁG. 8).  <b>Recurso Ordinário</b> (2219/2015) - Admitido com efeito devolutivo e suspensivo. (DOE 08/06/2015, Edição 1132, PÁG. 7). <b>Acórdão Nº507/2016 - TCE - TRIBUNAL PLENO:</b> Conhecimento e Provimento Parcial para julgar Legal o Termo de Convênio, mantendo a Irregularidade da Prestação de Contas. Ata da 19ª Sessão do Tribunal Pleno (DOE de 20/06/2016, Ed. 1380, pág. 12).	
INSTITUTO UNIDOS PELA AMAZÔNIA - IUPAM MANAUSTUREM	M	4517/2011	JONAS TORRES CAMPELO FILHO ARLINDO PEDRO DA SILVA JÚNIOR	30/03/15	<b>ACÓRDÃO Nº 20/2015 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Ilegalidade do Convênio n. 07/2010- MANAUSTUR. Irregularidade. Multa. Ata 3ª de 30/03/2015 (DOE 08/05/2015 Edição 1113, PÁG. 16).  <b>Recurso de Revisão (proc.3127/2015)</b> - não admitido (DOE 28/07/2015, Edição 1167, PÁG. 6).  <b>Recurso de Revisão (proc.1242/2016)</b> - Admitido com efeito devolutivo (DOE de 18/04/2016, ed.1339, p.5) - ACÓRDÃO N.579/2016 - TCE - TRIBUNAL PLENO: Conhecer. Provimento parcial, retirando a multa aplicada (item 7.3.1), mantendo os demais intes do Acórdão (DOE de 14/07/2016, Ed.1398, pág.9).	
CENTRAL ÚNICA DE TRABALHADORES/AM SETRAB - SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO	E	1838/2012	VALDEMIR DE SOUZA SANTANA IRAILDES GONZAGA CALDAS	30/03/15	<b>ACÓRDÃO Nº17/2015 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Ilegalidade do Convênio n. 001/2010- SETRAB. Irregularidade. Multa. Ata 3ª de 30/03/2015 (DOE 08/05/2015 Ed.1113, PÁG. 17).  <b>Recurso de Reconsideração (proc. 3529/2015)</b> - admitido no efeito devolutivo. (DOE 27/08/2015, Edição 1189, PÁG. 4) - <b>ACÓRDÃO N.506/2016 - TCE - TRIBUNAL PLENO:</b> Conhecimento e Reformar, em parte, o Acórdão n.17/2015 - TCE - Primeira Câmara, manter a ILEGALIDADE do termo de Cõnvenio e o julgamento pela IRREGULARIDADE da Prestação de Contas do Convênio (DOE de 20/06/2016, Ed. 1380, pág. 12).	
IPASDEAM	M	999/2010	ALCIDES DE MORAES PEREIRA	27/04/15	<b>ACÓRDÃO Nº21/2015 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Ilegalidade do Termo de Parceria 03/2009 - SEC. Irregularidade da Prestação de Contas. Multa. Ata 4ª de 27/04/2015 (DOE 19/05/2015 Edição 1120, PÁG. 19). <b>ACÓRDÃO Nº 991/2015 -TCE- TRIBUNAL PLENO:</b> Recurso Ordinário (3240/2015) - Conhecido e provido, para julgar LEGAL o termo de parceria (DOE 22/01/2016, Edição 1283, PÁG. 8)	
Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA e PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELOS	E	2789/2012	WALDÍVIA FERREIRA ALENCAR e JOSÉ RIBAMAR FONTES BELEZA	20/08/15	<b>ACÓRDÃO Nº38/2015-TCE-PRIMEIRA CÂMARA:</b> <u>Ilegalidade</u> do Termo de Convênio nº005/2011. Irregularidade/multa/alcance/glosa da Prestação de Contas referente ao Termo de Convênio nº005/2011. Ata da 8ª sessão de 20/08/2015 (Publicação no DOE em 22/09/2015, pág. 9, edição nº 1206).	

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO SANTA LUZIA DA ILHA BAIXO	E	4839/2013	RONDINEI SILVA DOS SANTOS	30/09/15	<p><b>ACÓRDÃO Nº40/2015 -TCE- PRIMEIRA CÂMARA:</b> Irregularidade/multa da Prestação de Contas referente a parcela única do Termo de Convênio nº 27/2012 firmado com a SEJEL. Ata 9ª sessão de 30/09/2015 (Publicação no DOE em 16/10/2015, pág. 15, edição nº 1223).</p> <p><b>Recurso de Reconsideração (Proc.160/2016):</b> Não admitido (Publicação no DOE em 21/01/2016, pág. 4/5, edição nº 1282) - <u>erro na publicação/cópia do despacho arquivada no DEPRIM, errata em andamento.</u></p>	<p>19/7/16 - AINDA NÃO HOUE</p> <p>NOVA PUBLICAÇÃO DA</p> <p>ERRATA.</p>
--	---	-----------	---------------------------	----------	---	--